

A difícil negociação: Relações militares Brasil-EUA, 1939-1944

Giorgio Pizzani Trindade ^a

Resumo: O artigo analisa as relações militares entre Brasil e EUA no período de 1939 a 1944, destacando o caráter complexo e conflituoso das negociações que antecederam e acompanharam o alinhamento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Partindo da política de equidistância pragmática do governo Vargas, o estudo evidencia como interesses econômicos e militares orientaram a aproximação com os norte-americanos, sem eliminar tensões e desconfianças mútuas. A pesquisa demonstra que o Exército Brasileiro buscava modernização e rearmamento, ao mesmo tempo em que resistia à perda de soberania diante da presença militar estrangeira. Por outro lado, os EUA condicionavam o fornecimento de armamentos a garantias políticas e estratégicas, temendo inclinações pró-Eixo entre lideranças militares brasileiras. Nesse contexto, as negociações foram marcadas por impasses, promessas não cumpridas e divergências quanto ao emprego de forças e prioridades estratégicas, culminando na criação da Força Expedicionária Brasileira. Conclui-se que a cooperação militar bilateral resultou de uma relação assimétrica, moldada por interesses divergentes, pela conjuntura global da guerra e por uma persistente desconfiança entre os dois países.

Palavras-chave: Relações Brasil–EUA; Segunda Guerra Mundial; Diplomacia militar.

Em um período importante da história brasileira, a década de 1940 marcou o país que se encontrava entrando em uma guerra ao lado dos estados Unidos da América (EUA). Esse apoio não se deu de uma forma

natural e espontânea. Baseado na política equidistante de Vargas, o Brasil procurou buscar o que melhor convinha aos seus interesses e a escolha pelos Aliados tinha dois vieses, sendo um econômico e outro militar. No

^a Coronel de Artilharia.



campo militar, mesmo sendo compartilhado o inimigo em comum, duas forças se enfrentaram na chamada diplomacia militar. Ambos os exércitos possuíam objetivos claros no que buscar, em uma negociação dura e em um ambiente de desconfiança mútua.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, após a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que ocorreu no Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha, fato este que desencadeou uma sequência de eventos que culminariam em uma declaração de guerra ao Eixo, em 22 de agosto desse mesmo ano.

A política equidistante pragmática brasileira visava a alcançar um equilíbrio entre interesses americanos e alemães na economia nacional, de tal modo que o país não fosse totalmente dependente de nenhum país estrangeiro. Dessa forma, Vargas buscava ter algum benefício en-

tre alemães e americanos. Basicamente, existiam dois objetivos, a saber: um financiamento para modernizar e reequipar as forças armadas, consolidando, assim, o apoio militar ao seu governo; e conseguir recursos financeiros para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. No entanto, já existiam tratativas em andamento entre o governo brasileiro e o governo norte-americano.

Nesse contexto, no campo militar, o Exército Brasileiro passou a atuar após a 8ª Conferência Pan-Americana, realizada no Peru em 1938, que discutiu a crescente instabilidade internacional e as ameaças à paz na América do Sul. Em seguida, ocorreram tratativas conduzidas pelo governo dos Estados Unidos junto ao ministro Oswaldo Aranha, em Washington. Nesse cenário, o General Dutra enviou, em 5 de maio de 1939, uma mensagem secreta ao presidente da República. Nela, apresentou sugestões que expressavam o pensamento do Estado-Maior do Exército (EME) sobre possíveis formas de



negociação com os Estados Unidos, todas de interesse direto da instituição.

DESENVOLVIMENTO

O objetivo do Exército Brasileiro em 1939 era aumentar e aperfeiçoar suas atividades terrestres para capacitá-lo a defender o Brasil, sem assistência americana. Como o país dependia de armamento estrangeiro, as lideranças do Exército dos EUA concluíram que, se pudessem suprir os brasileiros de armamento e equipamento, estes renunciariam a suas objeções quanto ao estacionamento de forças norte-americanas no Nordeste (McCann, 1995).

Após o retorno de Aranha dos EUA, por convite do próprio presidente Roosevelt, em um esforço diplomático para que uma realidade defensiva no Brasil passasse a existir frente a uma ameaça externa alemã, ficou acertado a vinda do seu chefe do Estado-Maior do Exército, Gene-

ral George Marshall, ao Brasil. Segundo Hilton (1994), a questão da cooperação militar era crucial para o presidente norte-americano, sendo o principal problema levantado na ocasião as dificuldades legais para o envio de armas ao Brasil. A visita foi acertada durante a Missão Aranha, e relacionada a várias questões. Foi ela que deu início, de fato, aos entendimentos militares, como a vinda de Marshall ao Brasil (Conn; Fairchild, 1989).

A proposta sugerida pelo chefe do EME ao ministro da Guerra, e depois encaminhada ao Presidente Vargas para discussões com autoridades americanas, abarcam três condições essenciais que devem ser claramente definidas: a completa manutenção de nossa soberania territorial e militar, para quaisquer ações ou cooperações de forças armadas; a liberdade de ação para as nossas ações diplomáticas e intercâmbio comercial e cultural com todas as potências mundiais, facultando-nos, sem subterfúgios ou alegações, as



fortes cordialidades já cimentadas com países europeus; e a máxima discrição nas negociações, a fim de não provocar desconfianças e animosidades com as demais Nações sul-americanas.¹

O General Góes Monteiro regressou com o General Marshall aos EUA no navio USS *Nashville*. Nessa viagem, além de ser externado novamente uma preocupação com a fronteira sul do Brasil, foi apresentada uma relação de material bélico a ser adquirido junto aos EUA. Segundo McCann (1973), o Brasil oferecia como forma de pagamento o fornecimento de matérias-primas, ou seja, de maneira semelhante ao que ocorria com o acordo já acertado, e em pleno vigor com a Alemanha.

A relação de armamentos colocada como prioridade por Góes Monteiro incluía 156 peças pesadas de artilharia, 196 canhões antiaéreos, 102 aviões de combate, 41 carros de combate, 252 viaturas blindada e 722 armas automáticas variadas. Isso

era o pedido inicial, entretanto, a solicitação que deveria ser entregue ao Brasil no final seria o equivalente a três vezes ao entregue no princípio do acordo (Conn; Fairchild, 1989). No entanto, o Departamento de Estado dos EUA não concordou com a forma com que o Brasil pretendia realizar o pagamento pelo armamento, pois não foi oferecido o pagamento em dólares. Como consequência, a transação não foi concretizada (Latfalla, 2023).

Diante disto, o General Góes Monteiro escreveu para o General Marshall, comentando sobre a forma de pagamento e a necessidade de o Brasil em adquirir armas conforme a relação solicitada:

Para esse fim o governo brasileiro necessita conhecer até que ponto e em que condições contará com o governo dos Estados Unidos para fornecimento do material de primeira urgência indispensável, cuja nota deixei em vosso poder, sendo que as particularidades de preços e pagamentos não poderão ser nunca menos



vantajosas para o Brasil dos que as que até agora tem sido ajustada pela Alemanha e outras nações².

Segundo Oliveira (2015), o início da guerra na Europa foi um evento de grande significado para as relações Brasil-EUA. Se por um lado, houve um maior empenho dos americanos em negociar com o Brasil, por outro o fluxo comercial pelo Atlântico praticamente se encerrou pondo um fim na venda de armas alemãs para o Governo Vargas.

Posteriormente, em um aviso secreto do ministro da Guerra para o General Góes Monteiro, Dutra informa que o presidente Vargas concorda com a cooperação que os EUA ofereceram para a preparação militar em caso de agressão externa. Porém, ressalva a necessidade de se tratar o assunto com habilidade para que não sejam comprometidas as relações mantidas com os demais países, como também relata a não necessidade de os americanos tomarem conhecimento dos

planos de defesa do Brasil, sendo eles desnecessários para qualquer forma de cooperação com os EUA,

[...] pois em face de nossa tradicional política de não agressão, torna-se fácil demonstrar que estes estudos visam exclusivamente a defesa de nossas fronteiras, sem interesse para qualquer forma de cooperação com os EUA³.

Negociações com desconfianças de ambas as partes não poderiam ser realizadas sem dificuldades. Essa foi a tônica dos acontecimentos ocorridos em boa parte dos anos de 1940 e 1941. O Brasil não possuía recursos financeiros para comprar armamentos dos EUA, e somente contava com o envio do material bélico já adquirido junto à Alemanha. O país também não possuía um parque industrial para suprir com equipamentos modernos as suas forças armadas. A simples transferência de unidades militares de outras regiões do Brasil para o Nordeste, espaço



geográfico que preocupava os EUA, não resolveria o problema. O que unidades militares com material bélico obsoleto poderiam acrescentar ao esforço de guerra? Além disso, a cúpula do Exército Brasileiro foi contra quanto à possibilidade do envio de tropas norte-americanas para ocuparem as bases no Nordeste, porque isto seria considerado como a perda da soberania brasileira (Rodrigues; Latfalla, 2021).

De acordo com McCann (1995), as forças armadas eram bastante fortes para manter Vargas no poder, mas não eram adequadas à defesa de milhares de quilômetros das costas do Brasil. Por bons motivos, as autoridades brasileiras manobram durante meses de 1940 para aumentar o seu poder de barganha, tanto com a Alemanha quanto com os EUA, na expectativa de escolherem um curso de ação que as colocasse no lado certo pouco importando quem ganhasse a guerra.

Essa dicotomia entre negociar com os EUA o fortalecimento

das forças armadas e ter receio do afastamento das potências europeias fica materializado em um documento secreto, também datado de 5 de maio de 1939, no qual Vargas escreve:

Preliminarmente, o Brasil deve permanecer estranho a qualquer conflito entre países do continente europeu e asiático, ou dele resultante que não atinja aos nossos interesses. Não devemos, porém, recusar o exame de cooperação que nos oferece os Estados Unidos no sentido de nossa defesa, caso o Brasil venha a ser agredido ou ameaçado por outro país⁴.

Nesse momento, como materializada na passagem supracitada, a intenção de Vargas era de buscar um caráter defensivo. Existia o receio de ser criado algum tipo de ressentimentos com os demais países Sul-americanos, uma vez que, depois da irrupção da guerra na Europa, o Brasil estava ansioso em obter armamento americano, porque agora seria difícil obter as armas



encomendadas na Alemanha (McCann,1995).

Entre o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo e o mês de maio de 1942, foram realizadas intensas negociações entre o Brasil e os EUA. No que se refere às negociações militares, os EUA se comprometeram com até US\$200 milhões via *Lend Lease*⁵ para a aquisição de meios militares para as forças armadas do Brasil, tanto para compra de armas e munições quanto de insumos para a produção bélica local. Ainda prometeram enviar, até o final daquele ano, uma centena de carros de combate médios, 205 carros de combate leves, além de grande quantidade de armas anticarro e antiaéreas. Do cumprimento dessas promessas dependia o apoio dos militares brasileiros à política de aliança militar desejada pelos EUA, para não mencionar a própria estabilidade do regime Vargas, irreversivelmente comprometido com essa linha de ação (Oliveira, 2015).

Quanto aos norte-americanos, fica a certeza do descumprimento das promessas feitas quanto à entrega de material bélico prometido ao Brasil. Por mais dificuldades que tivessem naquela oportunidade, devido à necessidade de equipar suas próprias forças militares, além de fornecerem materiais para os Aliados, existia, para eles, o temor de fornecer armas ao Brasil, e correr o risco de ver o governo brasileiro entrar no conflito do lado oposto, uma vez que algumas autoridades civis e militares brasileiras eram simpatizantes do Eixo. Tais desconfiças foram alimentadas por informes enviados para os EUA, que, em algumas oportunidades, careciam de credibilidade. Informes com visões desrespeitosas a respeito de autoridades brasileiras também foram enviados para lá (Rodrigues; Latfalla, 2021).

No início da guerra, em setembro de 1939, e com a permanente necessidade de melhoria nas defesas costeiras brasileira, é que foi oferecido ao Brasil um



material excedente nos EUA. Eram canhões móveis de 152,4 mm, canhões ferroviários de 177,8 mm e canhões de 305mm. Esta oferta foi considerada uma contribuição provisória. Todas as peças estavam sem a menor condição de uso imediato, algo não verificado pelos dois países (Conn; Fairchild, 1989).

Já no começo de 1940 foram adquiridos pelo Brasil 99 canhões de 152,4 mm, 18 de 177,9 mm, tubos com 2.300 projéteis vazios e 26 tubos de 305mm. O valor pago foi de 100 mil dólares. Todos eles precisavam de um grande acondicionamento e de peças sobressalentes, e não havia disponível no momento nenhum suprimento de munição; na realidade, nem mesmo os pedidos de munição puderam ser localizados (Ibid.). Observa-se que os canhões de 152,4 mm, material com mais de 20 anos de uso e de origem inglesa, que estavam defendendo o Canal do Panamá, chegou recondicionado em 1941. Eles vieram sem munição, e o Brasil não tinha como fabricá-la.

Esse material bélico não estava na lista de pedidos do Brasil (Fortes, 2001).

Dado o exposto, fica claro que o início do relacionamento militar entre o Brasil e os EUA não foi como o imaginado pelas autoridades brasileiras. Tanto o material solicitado pelo Exército Brasileiro não foi enviado, quanto o material bélico enviado para a proteção da costa era obsoleto. Segundo Oliveira (2015), para os gestores brasileiros devia ser chocante o contraste entre os fornecimentos encomendados junto aos alemães em 1937 e 1938, quase todo composto de armas de última geração, a maioria, aliás, empregada efetivamente em serviço ativo por parte das próprias Forças Armadas da Alemanha naquela mesma ocasião, em comparação com a obsoleta, incompleta e inservível artilharia que era oferecida pelos estadunidenses.

Em 29 de agosto de 1940, em documento do General Dutra é relatado um convite do adido militar americano em nome do



General Marshall, podendo ser também o chefe do Estado-Maior, General Góes Monteiro, para uma vista aos EUA. O assunto seriam os aspectos atuais da política interamericana em face da situação europeia e de seus possíveis desdobramentos na América. Também cita a intenção do coronel do Exército americano L. Miller, em fornecer ao Brasil, no prazo de seis meses a três anos, todo armamento de que precisávamos, além de outros recursos, tudo sob bases módicas de pagamento.

[...] parece que os Estados Unidos, [com] exceção de material de aeronáutica, de transmissão e de equipamento de fábricas, usinas e ferrovias, bem como de munições, só estão em condições de fornecer armamento antigo e, além do mais, de características diversas do que vimos recebendo do Reich, fato que profundamente alteraria a eficiência técnica do Plano de nossa organização para a guerra, tirando-lhe a homogeneidade e padronização indispensáveis⁶.

Após o retorno desta reunião, o General Dutra informou ao presidente Vargas o resultado da ida do General Góes Monteiro àquela reunião em Washington e descreveu, por intermédio de uma mensagem de 20 de novembro de 1940, a dificuldade em se conseguir o armamento prometido pelo governo americano nas seguintes palavras:

Até agora pouco se adiantou, no terreno prático, relativamente as negociações positivas para uma eventual cooperação militar entre o Brasil e aquele país, na defesa do continente em caso de guerra, na conformidade do espírito das declarações de Lima, Panamá e Havana e dos entendimentos diretos entre os Estados-Maiores norte-americano e brasileiro.

A questão, que por sua natureza complexa, perigosa e árida vem rolando sobre impasses e pontos mortos, desde quando o Chanceler Oswaldo Aranha, há cerca de dois anos passados, foi a Washington tratar de conseguir uma política favorável de



auxílios ao Brasil, da parte do governo Roosevelt – poucos passos ascendeu na trilha de prpara satisfazersmo governo ao governo brasileiro para suprimento , em três anos de material destinado ao exército e para satisfazer outras necessidades de nossa preparação industrial em condições ainda não fixadas definidamente⁷.

Em carta ao presidente Vargas, o General Dutra verbaliza sobre a dificuldade que a missão de compra está enfrentando nos EUA para a aquisição de armamento. Tais afirmações são oriundas de uma carta do General Amaro Soares Bittencourt, chefe da Comissão Militar Brasileira de Compras e representante do Exército na Junta Interamericana de Defesa, que informa não só continuar sem solução o problema das aquisições, entregue a chicana burocrática de quem deseja adiar, temporizar e ganhar tempo. Nesse sentido, é destacada a falta de confiança, quando é sugerido que os chefes do Exército Brasileiro possuem

um direcionamento nazista e os recursos bélicos, uma vez recebidos, poderiam ser direcionados contra as próprias forças americanas no Norte da África. Em carta, o general, informou ao ministro Dutra um provável motivo pelo qual a aquisição de armas junto ao governo americano se encontrava demorada.

A propaganda contra o Brasil ressurgiu de quando em quando. A revista *Friday* dedicou seu número de fevereiro ao Brasil, fazendo uma larga publicação, com fotografias do presidente, do senhor, do General Goes e do chefe de polícia e dando todos como adeptos da Alemanha [...]o jornal *Times Herald* de 28 de fevereiro abordou novamente o assunto envolvendo o senhor, e onde, o General Goes é destacado como chefiando a corrente nazista dentro do Exército⁸.

Dutra, então, escreve ao presidente Vargas expressando a sua opinião sobre o assunto, defendendo que não possui direcionamento ideológico nazista, e



colocando o seu cargo à disposição do presidente.

Excia. minhas opiniões, que nada tem de nazistas, ou fascistas, ou o que quer que seja com tais doutrinas parecidas. Não me move outro objetivo, na direção da Pasta da Guerra que, cooperando com V Excia., tudo envidar para elevar o Exército ao mais alto grau de eficiência, dando-lhe os meios necessários para realmente cumprir a sua missão. Não tenho em face desta conflagração de atitudes partidárias pró ou contra qualquer dos adversários, pois, chefe do Exército, só os problemas brasileiros me absorvem e só na solução deles me esforço. Como, entretanto, verifico que a situação tende a estacionar improfícua, pois agora procura esbarrar na falta de confiança pelos responsáveis pela política norte-americana no detentor da Pasta da Guerra no Brasil, resolvi endereçar a V. Excia. Com a mais ampla e lena liberdade de decidir sobre a composição do Governo que com tanta clarividência e patriotismo V. Excia. preside⁹.

A questão do posicionamento pró-Eixo de militares do Exército Brasileiro, como Dutra e Góes Monteiro, por parte dos americanos tem sua base em alguns eventos ocorridos anteriormente, como um convite feito pelo governo da Alemanha para que Góes Monteiro assistisse a manobras militares na Silésia, em 1939, e a condecoração recebida, juntamente com Dutra e outros oficiais, em 1940, a Grã-Cruz da Ordem da Águia Alemã, na embaixada deste país, são alguns dos indícios das possíveis inclinações nazistas ou mesmo a favor de uma aliança com o Eixo (Brasil, 1940).

Para Latfalla (2023, p. 13), Goés Monteiro, posteriormente, seria visto por membros do Departamento da Guerra dos EUA como o maior obstáculo para a cooperação entre os dois países, durante boa parte da guerra. Sua conduta era observada bem antes do conflito. Por outro lado, em relação a Dutra, a preocupação era menor. Como exemplo da preocupação dos EUA com o po-



sicionamento do chefe de EME, uma fonte do Departamento de Estado considerava ser um exagero afirmar que Góes Monteiro era a favor da Alemanha, mas que ele jogava ora a favor dela, ora a favor dos EUA, para conseguir vantagens para o Brasil¹⁰.

Para Góes Monteiro, era essencial defender o Sul do Brasil, enquanto para os americanos, o interesse maior estava em proteger o nordeste brasileiro. Em uma das primeiras conversas de Góes Monteiro com o General Lehman Miller, chefe da Missão Militar Americana enviada ao Brasil, o brasileiro comentou que, mesmo após um ano de negociações sobre uma cooperação militar, nenhum armamento, sequer um carregador de arma, havia sido enviado ao Brasil, e que os EUA enviaram, sim, caixas de uísque e pacotes de cigarros Lucky Strike (McCann, 1973).

O adido militar americano afirmou que Góes Monteiro era visto como profundamente a favor da Alemanha por todos os brasileiros e estrangeiros, a

quem ele havia questionado sobre o relacionamento Brasil-EUA (Latfalla, 2023).

Esse ambiente de desconfiança entre as duas nações chegou ao seu ápice quando ocorreu uma reunião entre Aranha e Caffery. Segundo McCann, por volta de 1940, Aranha declarou veementemente que, se os norte-americanos não fornecessem os armamentos requisitados pelo Brasil, os chefes militares brasileiros se voltariam para a Alemanha, anunciando até a possível vinda de instrutores alemães, algo que o presidente Roosevelt havia dito a um grupo de congressistas dos EUA no começo de 1939 (McCann, 1973).

Soma-se a isso o conhecimento que Góes Monteiro possuía sobre as intenções dos EUA em relação as bases no Nordeste brasileiro. Sabe-se hoje que existiam planos preparados para a ocupação à força do Nordeste, caso o Brasil se inclinasse para as forças do Eixo. Os Planos *Rainbow*¹¹ e *Pot of Gold*¹² exemplificam isso. Bandeira (2007) des-



creve uma passagem que mostra como os americanos não faziam segredos sobre as suas intenções caso as negociações não prosperassem. Em uma carta ao presidente Vargas, Rosalina Coelho Lisboa Miller, amiga dele, disse que o adido militar dos EUA em Santiago, no Chile, o Capitão Ralph Wooten, cometeu a seguinte inconfiência: “[...] fiquem sabendo os brasileiros e o seu presidente que, se não nos derem as bases, nós as tomaremos” (Bandeira, 2007, p. 388). A declaração demonstra o espírito de alguns militares dos EUA.

Segundo Latfalla (2023), no final de 1941, já de volta ao Brasil, Miller procurou Dutra e o General Góes Monteiro. As reuniões não ocorreram dentro da normalidade. De acordo com um documento secreto de Góes Monteiro, endereçado a Dutra, assuntos mencionados por Miller exemplificam que a falta de confiança entre os exércitos ainda persistia. Foram citados: a desconfiança sobre os propósitos do Brasil na questão da cooperação

militar com os EUA, a tendência germanófila de boa parte dos oficiais do Exército, as suspeitas de que o Brasil não ficasse solidário com os EUA, no caso desse país entrar em guerra, a ocupação preventiva do Nordeste brasileiro por forças norteamericanas, a protelação da entrega da encomenda de armamento por esses motivos¹³.

Em 1941, ocorreu o fechamento da rota aérea pela qual ligava se ligava os EUA à Grã-Bretanha por conta das condições climáticas do inverno naquela região. A rota aérea pelo Atlântico Sul era não apenas a mais importante forma de abastecimento dos EUA às suas forças e às de seus aliados, mas durante parte do tempo era também a única. Daí a importância estratégica decisiva da região Nordeste, e os correspondentes receios dos EUA de que ela fosse subitamente perdida para forças hostis, no período compreendido entre a queda da França, em junho de 1940, e o início da operação Barbarossa¹⁴, em junho de 1941,



quando o poderio nazista parecia se mobilizar para atacar as Américas. Em 1942 a importância dessas bases seria ainda mais vital para os EUA e aliados (Oliveira, 2015).

Mesmo em um ambiente de desconfiança e incertezas entre as negociações militares, foram criadas duas comissões para planejar e executar a cooperação militar entre os dois países. Uma dessas comissões tinha sede em Washington, a *Joint Brazil-United States Defense Commission* – JBUSDC (Comissão Mista de Defesa Brasil – EUA) ou, simplesmente, a Comissão de Washington; e outra situada no Rio de Janeiro, denominada *Joint Brazil-United States Military Commission* – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil-EUA) ou, de forma simples e direta, a Comissão do Rio (Oliveira, 2021).

Em 30 de dezembro de 1942, realizou-se, no Palácio do Itamaraty, a posse dos membros brasileiros e norte-americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América,

criada para articular as medidas necessárias a uma cooperação eficiente e normal entre as autoridades militares dos dois países.

Em paralelo às negociações com os americanos, houve rusgas também com os ingleses. Tal situação advém desde o aprisionamento de um navio brasileiro no canal de Gibraltar, que estava transportando armamento comprado antes da guerra oriundo da Alemanha para o Brasil.

Houve a necessidade de intervenção dos EUA para a liberação do navio. Posteriormente, já unidos por um inimigo em comum, após a declaração de guerra contra a Alemanha, os ingleses passaram a ver o Brasil como quem poderia diminuir o repasse de materiais estratégicos para os aliados, a fim de atender as necessidades brasileiras (Moura, 2012). Para o governo inglês, bastava o Brasil permanecer neutro e fornecer portos para o reparo de seus navios de guerra.

A criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para atuar na Europa enfrentou forte



oposição de Londres. O General Marshall, contudo, obteve a aprovação de setores militares britânicos. Paralelamente, o Departamento de Estado rejeitou as objeções do governo britânico, inclusive as do primeiro-ministro Winston Churchill, que se opunha ao plano (Hilton, 1994).

As forças aliadas no Mediterrâneo, sob comando inglês, e seu governo, não aprovavam o envio de tropa brasileira com afirmações “não apreciamos a perspectiva de receber este reforço”, ou “seria um grave erro permitir mais que uma brigada do Brasil”, e ainda, “já [há] contingentes de nacionalidades diferentes demais naquela área” (Moura, 2012, p.148).

Como destaca Coutinho (1955), o convênio militar acertado com os EUA não previa o envio de tropas brasileiras para lutar fora do Brasil, mas o presidente Vargas afirmou que esta hipótese não deveria ser afastada. O representante brasileiro em Washington declarou aos estados-maiores dos EUA que o Bra-

sil estaria pronto para combater fora da América.

A ideia de uma força expedicionária e a vontade de que ela ganhasse vida cresceram de uma maneira acidental, fustigada por todas as forças internas e externas que haviam configurado a política externa brasileira nos anos precedentes. O Alto Comando do Exército ainda mantinha um forte pendor germanófilo. Os generais Dutra e Góes Monteiro, admiradores da máquina de guerra alemã, mas também hábeis na sobrevivência da política interna do Exército, tomaram uma posição pró-aliados, e não a postura de apoiar o lado perdedor. Não confiavam nos Estados Unidos, que já mantinham bases no território brasileiro, nem gostavam dos ingleses, que haviam por tanto tempo dominado o mundo luso-brasileiro. Tinham amarga consciência de sua fraqueza militar e, embora a presença norte-americana no Nordeste lhes garantisse apoio, caso o Eixo atacasse a região, os brasileiros compreensivelmente se



melindravam por dependerem dos EUA para conseguir material bélico. Acabaram convencidos de que a única maneira de assegurar que os norte-americanos cumprissem a promessa de fornecer armas era envolver o Exército Brasileiro no combate (McCann, 1995).

Pelo lado americano, a determinação do Exército dos EUA em abrandar os brasileiros existia na proporção direta do que deles queria obter. Os objetivos da política externa brasileira eram de pequena importância para o Estado-Maior Geral norte-americano. De todo modo, na perspectiva de Welles, os EUA tinham compromissos de uma aliança com o Brasil que não deveriam ser assumidos levianamente. Por ação presidencial a atitude do estado-maior americano iria se reverter. Em janeiro de 1943, o adido militar do Exército dos EUA informava que um grupo grande e crescente de oficiais, a maioria dos quais recém concludente da Escola de Estado-Maior, queria organizar uma

força expedicionária e afastar do governo todos os simpatizantes do Eixo, e oficiais desinteressados, o que incluía Dutra. O adido alertava que o entusiasmo brasileiro de participação não podia continuar a ser “descartado de maneira desdenhosa sem consequências prejudiciais à atitude do Brasil em relação à guerra e seus aliados” (McCann, 1995, p.275).

Em agosto de 1943, Dutra viajou aos EUA para participar das discussões que culminariam com a realização da sessão plenária da JBUSDC do dia 15 daquele mês, que promulgaria a recomendação 16, oficialmente intitulada “Colaboração do exército Brasileiro e da Força Aérea com o Exército americano em Teatros de Operações fora do Continente”. Oliveira (2015) argumenta que o texto fixava a composição de um Corpo Expedicionário composto por três divisões de infantaria e elementos de apoio, entre os quais uma unidade aérea, que seriam organizados de acordo com as tabe-



las vigentes no exército dos EUA. Essas tropas ficariam subordinadas ao comando e direção estratégica do exército do EUA, que se encarregaria de manter as suas linhas de comunicação e abastecimento. Todo o material seria fornecido pelos EUA, com exceção de equipamento individual e do fardamento.

Também ficou decidido que seria enviado para treinamento dessas tropas no Brasil o equivalente a 50% do total de armas e equipamentos de uma divisão de infantaria do exército dos EUA, bem como instrutores e assessores no adestramento das tropas expedicionárias e que foi prevista a frequência de oficiais brasileiros para compor o Corpo Expedicionário em cursos e estágios em escolas militares dos EUA (Oliveira, 2015).

Latfalla (2023) escreve que a questão do envio de armamentos foi um dos maiores problemas nas negociações militares iniciadas entre os chefes de estado-maior dos respectivos exércitos, os generais Marshall, pelos

EUA, e Góes Monteiro, pelo Brasil. Neste período, pré e durante a guerra, o material bélico que o Brasil recebeu era obsoleto. Esse contexto explica por exemplo o recebimento de fuzis *Springfield* M1903 pela FEB na Itália, e não os modernos *Garand*.

De acordo com Oliveira, as fontes históricas relativas a essas comissões revelam a intensidade dos conflitos entre as autoridades estadunidenses e brasileiras em torno de temas como

a padronização das armas e equipamentos do Exército Brasileiro [...] o veto dos EUA ao fornecimento de tecnologias militares sensíveis como o fuzil semiautomático *Garand* e até mesmo o apoio para a obtenção das instalações industriais necessárias e colocar em condições de usos os obsoletos canhões de 12 polegadas vendidos pelos EUA ao Brasil em 1941 (Oliveira, 2015, p. 44).

O objetivo de Vargas era duplo – aumentar a participação militar do Brasil para assegurar uma posição internacional mais



forte e envolver as Forças Armadas em atividades de defesa, para afastá-las do jogo do poder. As normas nacionais e a ambição pessoal fundiam-se convenientemente. Vargas estava fazendo do proletário o sustentáculo de seu regime e parecia decidido a permanecer indefinidamente no poder: “Para concretizar essa ambição, teria de entreter e despolitizar as Forças Armadas, e que melhor maneira haveria do que a guerra” (McCann, 1995, p. 242).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por armas pelo Brasil foi árdua. O Exército atuou negociando com os EUA. Sabendo de uma situação de fraqueza militar, ele procurou defender os interesses da soberania nacional em relação à vinda de tropas estrangeiras ao país, para buscar as tão necessárias armas junto ao Exército dos EUA. Neste ínterim, a FEB surge. Em paralelo às negociações com os norte-

americanos, houve incidentes também com os ingleses. Esta situação advém desde o aprisionamento de um navio brasileiro no canal de Gibraltar, que estava transportando armamento comprado antes da guerra e oriundo da Alemanha para o Brasil. Houve a necessidade de intervenção dos EUA para a liberação do navio.

Posteriormente, já unidos por um inimigo em comum, após a declaração de guerra contra a Alemanha, os ingleses passaram a ver o Brasil como algo que poderia diminuir o repasse de materiais estratégicos para os Aliados para atender às necessidades brasileiras. Essa opinião permaneceu com os britânicos contrários à FEB. Dessa forma, coadunado com a opinião de Vágner Camilo Alves, quando ele afirma que “pode-se entender [...] a FEB como uma forma de manter os mesmos e aumentar o fluxo de armas para o Brasil” (Alves, 2007, p. 90). Por fim, conclui-se que a árdua negociação entre os dois países partiu inicialmente de



interesses divergentes e de uma extrema desconfiança em relação ao propósito do apoio.

Para os americanos, acima de tudo preocupava o saliente nordestino brasileiro como rota de abastecimento às tropas desdobradas no Norte da África, como também a própria Grã-Bretanha. Também seria importante para a proteção do Canal do Panamá, caso os nazistas tomassem a África e a utilizassem para invadir a América do Sul. Tanto que até mesmo planos de invasão foram feitos caso não houvesse a colaboração do Brasil, como o *Rainbow* e o *Pot of Gold*. Por outro lado, aos norte-americanos, o temor de que as armas enviadas se voltassem contra eles norteou suas ações, nutridas pela desconfiança oriunda de relatórios sobre a postura germanófila do comando do exército brasileiro.

Pelo lado brasileiro, Vargas buscava maior ascensão internacional, bem como afastar os militares da política interna. No entanto, posturas dúbias em relação à Alemanha dos chefes mili-

tares brasileiros levaram os militares americanos a desconfiarem das intenções do exército nacional, fato este que dificultou o envio de armamentos acordados antes e durante a guerra.

FONTES

BITTENCOURT, Amaro. [Carta do Gen Amaro Bittencourt ao Ministro Dutra]. Destinatário: Ministro Dutra. Rio de Janeiro, 2 de março 1941. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/do-crea-der.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. *Anais do Exército Brasileiro*, 1940. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

BRASIL. Ministério da Guerra. Aviso secreto Nº 9 do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Góes Monteiro. Escrita no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1939, que relata as o interesse em se



ter um acordo militar com os EUA. Fonte: ED vp 1939.05.11/5. Fundo Eurico Dutra. Acervo FGV CPDOC.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Aviso secreto Nº 9 do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para o Chefe do Estado-Maior do Exército]. Destinatário: Góis Monteiro. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1939. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Carta do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 8 de março de 1941. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Despacho do Presidente Getúlio Vargas ao Ministro da Guerra]. Destinatário: General Dutra. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1939. 1 des-

pacho. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 29 de agosto 1940. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 20 de outubro 1940. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem enviada ao Presidente Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de



Janeiro, 5 de maio 1939. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

MONTEIRO, Goés. [carta do Gen Góes Monteiro ao General Marshall]. Destinatário: Chefe do Estado-Maior do Exército do EUA. Fundo Góes Monteiro.SA 336, p.3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1999.

NATIONAL ARCHIVES. Record Group 226. Office of Strategic Services (OSS). Source: State Dept. Report 1227. Rio de Janeiro. 03-04-1939, p.1.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vágner Camilo. *Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à Guerra*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *The framework of hemisphere defense*. Washington: Center of Military States Army, 1989.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

FORTES, Hugo G. Borges. *Canhões Cruzados*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro; Objetiva, 1994.

LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil-EUA 1939-1943*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2023.

McCANN. Frank D. *A aliança Brasil- Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 1995.

McCANN. Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

MORAES, J.B. Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 2025.

MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: mu-*



danças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

OLIVEIRA, Dennison. *Aliança Brasil-EUA*. Curitiba; Juruá Editora. 2015.

OLIVEIRA, Dennison. Conflito e cooperação na americanização do Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945). In: RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; PITILLO, João Claudio Platenik (Orgs.). *Guerra, Cultura e Política novos estudos sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2021.

RICH, Norman. *Hitler's war aims ideology: The Nazi state and the course of expansion*. [S.l.]: W.W. Norton, 1973.

RODRIGUES, Fernando da Silva; LATFALLA, Giovanni. O posicionamento militar brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial: o alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942). In: RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; PITILLO, João Claudio Platenik (Orgs.). *Guerra, Cul-*

tura e Política novos estudos sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2021.

¹ DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem enviada ao Presidente Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 5 de maio 1939. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

² Carta de Góes Monteiro a George Marshall. Escrita no Rio de Janeiro em 8 de agosto de 1939, que trata sobre a cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil na hipótese de uma guerra que afete os interesses do continente americano. Informa que foi aprovada a indicação do Coronel (Lehman) Miller para chefiar a Missão Militar Americana em 1940; questiona se a revogação da Lei de Neutralidade e da que não permite o fornecimento de armamento a países estrangeiros impedirá as aquisições do Brasil nos Estados Unidos. AS 336-3. Fundo Góes Monteiro p.3. Arquivo Nacional.

³ Aviso secreto Nº 9 do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Góes Monteiro.



Escrita no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1939, que relata as o interesse em se ter um acordo militar com os EUA. Fonte: ED vp 1939.05.11/5. Fundo Eurico Dutra. Acervo FGV CPDOC.

⁴ Despacho do Presidente Getúlio Vargas ao Ministro da Guerra. Escrita no Rio de Janeiro em 9 de maio de 1939, que relata intenção do presidente com o acordo de cooperação com os EUA e a preocupação com política externa brasileira na América do Sul. Fonte: ED vp 1939.05.5/10. Fundo Eurico Dutra. Acervo FGV CPDOC.

⁵ Lei do Empréstimo e Arrendamento, proposta pelo presidente dos EUA em fins de 1940, quando do choque causado pela sucessão de vitórias nazistas e o perigo iminente da derrota da Grã-Bretanha. Conceitualmente, os EUA se converteriam no “Arsenal da Democracia” para apoiar os países que lutavam contra o Eixo. Ver OLIVEIRA, 2015.

⁶ DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 29 de agosto 1940. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

⁷ DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 20 de outubro 1940. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

⁸ BITTENCOURT, Amaro. [Carta do Gen Bittencourt ao Ministro Dutra]. Destinatário: Ministro Dutra. Rio de Janeiro, 2 de março 1941. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

⁹ DUTRA, Eurico Gaspar. [Carta do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 8 de março de 1941. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

¹⁰ NATIONAL ARCHIVES. Record Group 226. Office of Strategic Services (OSS). Source: State Dept. Report 1227. Rio de Janeiro. 03-04-1939, p.1.

¹¹ O *Plano Rainbow* consistia em uma série de planos de guerra dos EUA



para a defesa do continente americano durante a Segunda Guerra Mundial, e o Brasil era uma peça estratégica central em um deles: o chamado "Plano Rubber" (ou "Borracha"). Este plano previa a ocupação do Nordeste brasileiro pelos EUA, especialmente em Natal, devido à sua proximidade com a África e por ser um ponto estratégico no Atlântico. Os planos de invasão foram, no entanto, considerados uma alternativa à aproximação diplomática entre os EUA e o Brasil, que culminou na permissão brasileira para que os norte-americanos utilizassem bases aéreas no Nordeste e, assim, a invasão foi evitada.

¹² Plano *Pot of Gold* é o nome de um plano militar americano criado em 1940, que previa uma intervenção militar em larga escala no Brasil, em resposta a uma possível ameaça fascista ou nazista.

¹³ Documento Secreto do General Góes Monteiro ao ministro da Guerra, Dutra. Rio de Janeiro, 30-10-1941, p.1. Arquivo Histórico do Exército. Documentos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

¹⁴ Nome de código para a invasão da União Soviética pelas potências do Eixo, iniciada em 22 de junho de 1941. Foi projetada para alcançar os objetivos ideológicos da Alemanha nazista, de conquistar a União Soviética oc-

dental para que ela pudesse ser repovoada pelos alemães (*Lebensraum*), de usar os povos eslavos como força de trabalho escravo para o esforço de guerra do Eixo e de aproveitar as reservas de petróleo do Cáucaso e os recursos agrícolas dos territórios soviéticos. Ver RICH, 1973.